

# Economia do País perdeu 10 anos

SÉRGIO COSTA  
Correspondente

## A escalada dos 80

	Inflação	Dívida Externa (Líquida) US\$ bilhões	Dívida Interna (Líquida) US\$ bilhões	PIB
1980	110,2	—	—	9,2
1981	95,2	—	—	4,4
1982	99,7	48,0	38,5	0,7
1983	211,0	61,9	34,7	3,4
1984	233,8	63,1	42,3	5,0
1985	223,9	69,9	49,0	8,3
1986	62,37	81,8	58,4	7,5
1987	365,9	91,9	60,8	3,6
1988	933,6	81,3	67,9	0,0
1989	1.764,86	79,7	89,4	3,2

OBS.: 1) PIB e investimento em 1989: previsões

2) Dívidas Externa e Interna Líquidas em 1989: até junho

Rio — Se a década de 80 já era considerada perdida por grande parte dos economistas, dois anos atrás, este dezembro de 1989 confere uma certeza melancólica àquela sensação. Se não fosse por nada, o Brasil já poderia considerar perdidos os anos 80, diante da inflação acumulada no período: uma impressionante taxa de 40 milhões 188 mil 569 por cento, que desafiou todas as políticas econômicas (e os “choques” é claro) dos dois últimos governos e respectivas equipes econômicas.

Para se ter uma idéia de tal escalada de preços, basta imaginar que a inflação da década de 90 ficaria assim: um quilo de feijão que custasse hoje NCz\$ 12,00 chegaria a 1999 valendo NCz\$ 4 milhões 822 mil 640; um quilo de arroz, passaria de NCz\$ 7,00 para NCz\$ 2 milhões 813 mil 207; um quilo de açúcar, de NCz\$ 9,00 para NCz\$ 3 milhões 616 mil 980. E mais: os NCz\$ 28,00 que custam um quilo de café, hoje, passariam para NCz\$ 11 milhões 252 mil 828, em nove anos.

É claro que, como ocorreu nos anos 80, a manutenção de tais níveis de inflação nos próximos anos desembocaria fatalmente em reformas monetárias, tirando alguns zeros da moeda e tirando essa magnitude de números — como ocorreu nos últimos anos, no surgimento do cruzado e do cruzado novo. Mas também é claro que isto não implicaria necessariamente um sucesso contra a chamada “espiral inflacionária”, como se vê neste final de década.

Os anos 80 começaram com uma inflação de apenas 110,2 por cento ao ano. Ainda não se sentia o efeito do segundo choque do petróleo — o aumento dos preços do produto pelos países árabes —, de 1979, como ocorreria pouco mais tarde com a crise financeira internacional. A economia estava crescendo quase 10 por cento ao ano; os investimentos somavam algo em torno de 23 por cento do Produto Interno Bruto, (PIB), que representa toda a produção de bens do País. As dívidas externa e interna, por ou-

tro lado, não chegavam a assustar em demasia os pessimistas.

A partir de 1981, tudo mudou. O Brasil experimentou o que os economistas chamam de “gosto amargo da recessão”, quando a economia começou a sentir o efeito perverso de um desequilíbrio financeiro do setor público que se tornaria crônico. Em 1981 a inflação era de 95,2 por cento, mas a economia desacelerava em 4,4 por cento e os investimentos escasseavam. Em setembro de 1982 o México anunciou sua moratória, os credores fecharam as torneiras dos empréstimos ao terceiro mundo e o País literalmente escapou da lona apenas com o incentivo às exportações, ganhando superávit no comércio exterior.

A inflação anual passou para 211 por cento em 1983, 233,8 por cento em 1984 e 223,9 por cento em 1985. A dívida externa, graças à escalada dos juros internacionais, passou de 48 bilhões de dólares líquidos (descontadas as reservas) em 1982 para quase 70 bilhões em 1985. A dívida interna líquida do setor público (onde se subtraem os empréstimos ao setor privado) passou, no mesmo período, de 38 bilhões e 500 milhões para 49 bilhões de dólares. “Desenhou-se um quadro que terminaria com a aplicação do Plano Cruzado”, lembra um técnico do escalão mais ele-

vado do Ministério do Planejamento, que acompanhou de perto as análises da economia nesse período entre 1985 e 1986.

“A expressão “Década perdida” pode ser também aplicada, em alguma escalada, na avaliação da política macroeconômica do período”. Assinala um documento do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria, concluído nesta última semana dos anos 80. “Os sucessivos governos relutaram, enfrentaram dificuldades, em pôr em prática políticas restritivas coerentes com a gravidade dos choques externos. A opção pela estratégia de crescimento com endividamento da década passada mostrou seu esgotamento com a interrupção dos financiamentos externos”, completa.

Esse era o quadro no início de 1986. Vinha-se de uma inflação anual de 223,9 por cento, no primeiro governo civil em mais de 20 anos, e a expectativa era de uma escalada ainda maior nos primeiros meses do ano. Já estava mais do que claro que seria uma década recorde, em termos de inflação: entre 1980 e 1985 havia uma variação de 27 milhões por cento, contra os 1 milhão e 562 mil por cento da década de 70, os 3 mil 448 por cento dos anos 60 e os 458 por cento dos (dourados) anos 50.

“O Plano Cruzado representa-

va mesmo uma esperança, que se esvaiu em seis meses, quando ficou claro que o Governo não se mostrava disposto a adotar medidas necessárias ao seu complemento, mas impopulares”, comenta o economista da Seplan. O “choque”, como se sabe, foi em fevereiro de 1986, e a inflação terminou aquele ano em 62,37 por cento. Apenas uma pausa. Iria para 365,9 por cento em 1987, 933,6 por cento em 1988 até chegar aos 1 mil 764,8 por cento de 1989.

A economia brasileira chega ao fim dos anos 80 enfrentando “uma crise da maior gravidade, que combina sério desequilíbrio fiscal, hiperinflação reprimida e estagnação econômica”, registra o documento da CNI, observando tratar-se de um cenário “bastante distinto do observado ao final da década passada”. Os técnicos da Confederação lembram que o Brasil dos anos 70 crescia a taxas semelhantes à Coreia do Sul. Um dos “tigres asiáticos” e grande exportador de manufaturados, situação que se inverteu por completo nos anos 80 — onde, dizem, não se deve subestimar o papel que a instabilidade macroeconômica do período recente exerceu sobre as decisões do investimento.

Investimentos que, como se sabe, dependem em bom grau das inversões do setor público. Os técnicos da Seplan trabalham com hipóteses de investimentos em torno dos 17,1 por cento do PIB em 1989 (em 1980, lembre-se, foi de 22,9 por cento), e de um crescimento da economia em torno dos 3,2 por cento (contra os 9,2 por cento do início da década). O PIB, entretanto, mostra um crescimento ilusório, que não indica uma retomada efetiva de taxas mais elevadas. Para completar, existe a já conhecida crise das finanças públicas.

A década de 80 termina com um setor público (governo federal, estados e municípios, estatais e agências descentralizadas) com uma dívida interna líquida, em junho, de quase 90 bilhões de dólares, maior que a externa de quase 80 bilhões de dólares.